



Jornal Luzilândia

Fundado em 26 de janeiro de 2006
A VERDADE
DO FATO
O futuro começa aqui

Brasil - Segunda-Feira, 18 de Julho de 2016 - ANO VI - Padrão de Qualidade - CCN Comunicação.com Nordeste

busca

[Home](#) | [Fale Conosco](#) | [Notícias](#) | [Harém Vip](#) | [Opinião](#) | [Pedro Alcântara](#) | [Zózimo Tavares](#) | [Edivan Batista](#) | [Senadinho](#) | [Ponto Crítico](#)

MPE: Dinheiro desviado no PI seria utilizado na compra de voto

Aproximadamente R\$ 17 milhões foram desviados de prefeitura do Piauí. Pelo menos 40 pessoas e sete empresas são investigadas por fraudes

15/07/16, 13:21



O

Ministério Público Estadual do Piauí (MPE) informou durante coletiva nesta sexta-feira (15) que o dinheiro desviado da Prefeitura Redenção do Gurguéia seria utilizado na campanha eleitoral deste ano e em compra de votos. Conforme o MPE, em depoimento, os próprios investigados falaram qual seria o destino dos valores. O órgão estima que o prefeito da cidade, empresários e outros gestores públicos desviaram R\$ 17 milhões, através de licitações fraudulentas.

Conforme o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), promotor Rômulo Cordão, o dinheiro também estava sendo usado para manter um padrão de vida de luxo das pessoas envolvidas no esquema criminoso. O uso do montante foi revelado pelos próprios investigados durante depoimentos.

"Os depoimentos dos envolvidos colaboraram para esta informação. Boa parte dos investigados confirmaram a participação na fraude e deram detalhes de como tudo acontecia. A importância da operação também se sustenta uma vez que há provas que comprovam todo o esquema, desde os relatórios da Controladoria e também o próprio

levantamento das irregularidades no município feito pelo Tribunal de Contas do Estado", contou Rômulo Cordão.

Diante das evidências, a Promotoria de Justiça solicitou o bloqueio dos bens do prefeito e alguns empresários. Eles teriam de cinco a seis carros de luxo, comprados a partir do dinheiro desviado da prefeitura. O órgão ainda não tem o total de bens dos envolvidos.

Ainda na coletiva, a Controladoria Geral da União (CGU) e TCE informou que a operação em Redenção do Gurguéia vai desencadear investigações em outras cidades, tendo em vista que as empresas investigadas têm ligação com municípios vizinhos.

"Preferimos manter o sigilo por enquanto. Não podemos detalhar porque as investigações continuam, mas o que temos é que através dessas empresas chegamos até o gestor, secretários e servidores", disse o promotor.

De acordo com o procurador de Justiça Cleandro Moura, pelo menos 40 pessoas e sete empresas são investigadas por suspeita de fraude, corrupção, superfaturamento e desvio de verbas públicas. Ele frisou que o montante desviado na cidade não impressiona.

"Mesmo sendo uma cidade tímida no interior do Piauí, sem estrutura de metrópole, o montante não impressiona até porque esse tipo de atividade fraudulenta não leva em conta o porte da prefeitura, não é uma ação exclusiva do porte da empresa ou município. Tem sido um costume por isso trabalhamos com uma matriz de vulnerabilidade, em que descobrimos acordos entre prefeituras e empresas", disse Cleandro Moura.

Áudio revela fraude

A Polícia Civil do Piauí divulgou na noite de quinta-feira o áudio de uma conversa do prefeito de Redenção do Gurguéia, Delano Parente (PP), e um empresário, identificado apenas como Marcelo . Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), promotor Rômulo Cordão, na gravação o gestor preso durante a Operação Déspota negocia o valor de uma licitação **(veja ao lado)**.

Os advogados do prefeito ainda não se manifestaram sobre as acusações feitas pelo Ministério Público.

Entenda o caso

A operação foi deflagrada no início da manhã da quinta-feira (14). Agentes do Ministério Público do Piauí, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e das Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal estiveram nos municípios de Redenção de Gurguéia, Teresina e Bom Jesus.

Foram expedidos oito mandados de prisão preventiva, oito mandados de prisão temporária, três de condução coercitiva e onze de busca e apreensão.

As investigações foram desencadeadas depois que a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público Estadual (MPE) descobrirem fortes indícios de corrupção, superfaturamento, emissão de notas fiscais frias, utilização de empresa de fachada e lavagem de dinheiro.

<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=43875>

Outros municípios do Piauí são investigados por fraude e desvio de dinheiro público

A operação Déspota serviu para se criar uma metodologia de investigação contra organizações criminosas

O coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público, promotor de Justiça Rômulo Cordão, afirmou que outros municípios, a exemplo de Redenção do Gurguéia, estão sendo investigados e operações poderão ser deflagradas nas próximas semanas.

“O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público existe há apenas quatro anos, e agora obteve resultados positivos com as apurações. A operação Déspota servirá para criamos uma metodologia de investigação contra organizações criminosas, que desviam dinheiro público e fraudam documentos. Com a ação podemos diagnosticar que empresários, gestores e servidores públicos de forma promíscua desviavam o dinheiro público”, afirma.



Promotor de Justiça, Rômulo Cordão

Rômulo Cordão, ainda disse que as investigações iniciaram há aproximadamente sete meses e que atualmente o Ministério Público investiga outras denúncias em outros municípios do Piauí.

"Na operação Déspota deflagrada em Redenção de Gurguéia, as apurações iniciaram há cerca de sete meses depois da promotora do município fazer a solicitação dessa investigação. Houve a quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário onde foram constatadas fraudes e demais crimes. Agora seguiremos essa metodologia de investigação para os outros municípios piauienses", disse Cleandro Moura.

A Operação Déspota foi deflagrada na última quinta-feira (14), em Teresina e na região sul do Estado. Equipes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral da União cumpriram 30 ordens judiciais.

Entre os presos estão o prefeito de Redenção do Gurguéia, Delano de Oliveira Parente Sousa, que seria o líder da organização criminosa que

desvia dinheiro público. Além do prefeito estão detidos o Secretario de Saúde, Julimar Pereira Borges, o Secretário de Infraestrutura e pai do prefeito, Audemes de Sousa Nunes, que indicavam as empresas fantasmas, o ex-presidente da Comissão de Licitação, Romário Alves de Figueiredo, que facilitava os contratos, o vereador Francisco das Chagas Macedo Andrade, Marcílio Brás representante da Agespisa no município e os empresários Luis Nonato e Amilton Lago.

Também foram presos os advogados Igor Martins Ferreira de Carvalho e Tiago Rodrigues Nogueira Júnior, que foram presos em Teresina. Os detidos atuavam na fraude de licitações. Também o engenheiro Hildo Martins de Souza Filho foi preso e agia na liberação das obras que seriam superfaturadas.

Todos os envolvidos continuam presos, alguns recolhidos na Penitenciária de Bom Jesus, e outros em Teresina.

<https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/375783/outros-municipios-do-piaui-sao-investigados-por-fraude-e-desvio-de-dinheiro-pu>

TCE bloqueia contas de 15 prefeituras piauienses e 14 câmaras

Tribunal de Contas do Estado (TCE)

07/07/2016 20:31h



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) determinou, nesta quinta-feira (7), o bloqueio de contas de 15 prefeituras e 13 câmaras municipais do Piauí por atraso nas prestações de contas de janeiro, fevereiro e março deste ano. A decisão atendeu a pedido do procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC-PI), Plínio Valente, formulado com base em relatório da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (Dfam).

Na mesma sessão, presidida pelo conselheiro Abelardo Vilanova, o TCE decidiu retirar da lista de prefeituras passíveis de bloqueio os municípios que têm Regime Próprio de Previdência Social e que também estão com documentação do RPPS atrasada. Os advogados das prefeituras solicitaram 90 dias de prazo para a regularização. A conselheira Lílian Martins propôs o adiamento por 30 dias da discussão sobre os municípios com RPPS e documentação atrasada, que foi acatada pelos demais conselheiros. Neste prazo, os municípios devem repassar ao TCE todas as informações sobre a situação do Regime Próprio de Previdência Social para análise por uma comissão do Tribunal. Também foi aprovada proposta apresentada pelo conselheiro-substituto Alisson Araújo para que seja realizada uma fiscalização em todos os municípios piauienses com Regime Próprio de Previdência Social. O objetivo é elaborar um diagnóstico sobre o funcionamento do regime de previdência própria nos municípios do Piauí desde 2013.

As prefeituras com o bloqueio das contas determinado são: Amarante, Barreiras do Piauí, Cabeceiras do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Campo Largo do Piauí, Castelo do Piauí, Currais, Jerumenha, José de Freitas, Paes Landim, Redenção do Gurgueia, Ribeira do Piauí, Santa Luz e Sussuapara. Já as câmaras municipais são: Altos, Brejo do Piauí, Caxingó, Esperantina, Jardim do Mulato, Miguel Alves, Monsenhor Hipólito, Nazaré do Piauí, Nova Santa Rita, Olho D'Água do Piauí, Passagem Franca, Rio Grande do Piauí, São Pedro.

Fonte: GP1

Edição: Henrique Guerra

Por: Henrique Guerra

<http://www.portalodia.com/municipios/gilbues/tce-bloqueia-contas-de-15-prefeituras-piauienses-e-14-camaras-275699.html>



Julgamento

Tribunal de Contas aplica multa ao prefeito Antonio Parambú **Os conselheiros consideraram que apesar das irregularidades, elas não ensejam a reprovação das contas.**

BÁRBARA RODRIGUES, DO GP1

Atualizada em 17/07/2016 - 09h18

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou com ressalvas a prestação de contas da prefeitura de Prata do Piauí, referente ao exercício financeiro de 2013 e decidiu aplicar multa ao prefeito Antônio Gomes de Sousa, mais conhecido como Antonio Parambú.

Foram encontradas irregularidades em licitações como aumento do montante do débito com a Agespisa, saques em conta corrente em altos montantes, pagamentos realizados pela conta caixa, irregularidade de registro contábil e inexigibilidade de licitação, com contratação do pai do presidente da Comissão de Licitação para prestar serviços de contabilidade ao município.

Os conselheiros consideraram que apesar das irregularidades, elas não ensejam a reprovação das contas, por isso foram aprovadas com ressalvas, mas foi determinada a aplicação de multa para Antônio Gomes no valor correspondente a 1.500 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC), no prazo de 30 dias, após o trânsito em julgado desta decisão.

Decidiram ainda pela comunicação à Procuradoria Geral de Justiça e ao Promotor de Justiça da Comarca, a fim de que sejam tomadas as cabíveis providências, no âmbito de suas atribuições. Participaram do julgamento os conselheiros Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins e Jackson Nobre Veras. A decisão é de 22 de junho.

<http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-de-contas-aplica-multa-ao-prefeito-antonio-parambu-397966.html>

GPI Segunda, 18 de Julho de 2016 Fone: (86) 3233-1286 redacao@gpi.com.br WhatsApp: (86) 98128-2352 Favoritos Procu... Buscar

09:23
JC COMUNICAÇÃO

POLÍTICA » PIAUI

Comente Avalie Imprimir Envie por e-mail Comunicar erros

notícias 17/07/2016 - 12h18

A+ aumentar fonte A- diminuir

17/07/2016 - 12h18

[aumentar fonte](#) [diminuir fonte](#)

Decisão

Desembargador concede liminar ao ex-prefeito Dó Bacelar Dó Bacelar responde a diversos processos por improbidade administrativa.

FRANCISCO BARBOSA, DO GP1

Atualizada em 17/07/2016 - 12h18

O desembargador José Ribamar Oliveira concedeu **liminar** em ação cautelar suspendendo os efeitos da votação da Câmara Municipal de Porto do Piauí, que reprovou as contas de gestão referentes aos anos de 2009 e 2010 do ex-prefeito Domingos Bacelar de Carvalho (PP), conhecido como “Dó Bacelar”. A decisão monocrática é da última sexta-feira (15).

Imagem: Divulgação/Facebook



Dó Bacelar

No processo, o desembargador descreve que, "a votação não obedeceu a norma imposta pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto, quando expressamente prevê que a votação, na apreciação de matéria de 2/3, deve ser secreta e não aberta, como, de fato, procedeu o voto".

Quando ingressou com a ação para anular as decisões da Câmara Municipal que reprovaram suas contas de 2009 e 2010, [Dó Bacelar alegou que houve violação do devido processo penal](#), ampla defesa e à norma do regimento do órgão legislativo, que determina que os julgamentos das contas de ex-prefeitos sejam realizados por votação secretas e não aberta, como de fato ocorreu.

"Ademais, há, nos autos, suposta violação as garantias ao contraditório e da ampla defesa. Vício gravíssimo que prejudica toda a validade do processamento de referido julgamento de contas", justificou o desembargador José Ribamar na decisão.

Por meio de sua assessoria jurídica, a Câmara Municipal encaminhou ao TJ os contraditórios do referido agravo, rebatendo todos os argumentos do ex-prefeito, afirmando que não há comprovação de vício capaz de anular o processamento e julgamento do legislativo. A Câmara comprovou, ainda, que houve várias tentativas de notificar o ex-gestor, que se recusou a recebê-las.

Presidente vai recorrer

O presidente da Câmara de Porto, Dr. Valter Gomes, comunicou ao **GP1** que vai recorrer da decisão. Ele disse, ainda, que apesar da decisão prévia do desembargador, prevalece a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) sobre as contas de gestão do ex-prefeito.

Imagem: Divulgação/CMP



Presidente Dr. Valter Gomes

Cabe votação no plenário

Por ser uma decisão monocrática, tomada por apenas um desembargador, o processo deverá sofrer votação do plenário do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI).

Prisão

Em 2011, Dó Bacelar foi preso pela Polícia Federal na [Operação Geleira](#), acusado de desviar recursos públicos federais e municipais. Outros seis prefeitos foram presos. Todos foram acusados pelos crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, apropriação de recursos públicos, falsidade ideológica, uso de documento falso e uma série de outros ilícitos.

<http://www.gp1.com.br/noticias/desembargador-concede-liminar-ao-ex-prefeito-do-bacelar-398245.html>

**16/07/2016 - 19h03**[aumentar fonte](#) [diminuir fonte](#)

Julgamento

TCE vai julgar denúncia contra prefeito Joel de Lima

Em sua defesa, o prefeito alegou que por motivos político-partidários, Roberto César vem oferecendo denúncias contra ele no TCE, sem qualquer embasamento fático ou jurídico.

BÁRBARA RODRIGUES, DO GP1

Atualizada em 16/07/2016 - 19h03

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai julgar na próxima terça-feira (19) denúncia apresentada por Roberto César de Arêa Leão Nascimento contra o prefeito de Miguel Leão, Joel de Lima.

O prefeito foi denunciado em razão de possíveis irregularidades na administração municipal de Miguel Leão, quanto à prática de nepotismo e desvio de função, relativas ao exercício financeiro de 2014, como seria o caso dos zeladores pagos com recursos do FUNDEB que, apesar de todos exercerem suas funções com carga horária de 40 horas semanais, alguns percebem vencimentos brutos diferenciados, cujas diferenças variam entre R\$ 724,00 e 1.218,30.



Roberto César de Arêa Leão, apresentou ainda outros casos de parentesco que caracterizam a prática de nepotismo em 2014, citando Samara Ferreira Ribeiro de Lima, esposa do prefeito e secretária de saúde, Misael de Lima, que é irmão do prefeito e secretário de obras, Gedeão de Lima, irmão do prefeito e chefe de gabinete, e Ana Maria Costa Lima que é cunhada do prefeito e está lotada como agente de vigilância sanitária, apesar de ter ingressado na administração por concurso no cargo de auxiliar de enfermagem.

Defesa

O prefeito alegou que o denunciante não juntou nos autos da denúncia cópia de documento comprobatório da sua legitimidade, conforme estabelece o art. 224, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Resolução nº 13/11). Enfatizou ainda que, por motivos político-partidários, Roberto César vem oferecendo denúncias contra ele no TCE, sem qualquer embasamento fático ou jurídico.

Explica ainda que “quanto ao caso da Samara, esposa do prefeito e de Misael e Gedeão, irmãos do prefeito, é pacífico o entendimento de que a nomeação destes para o cargo de Secretaria ou Chefe de Gabinete, ambos cargos de chefia e de confiança, não configura a hipótese de nepotismo. Ora, neste caso em específico, o ato de nomeação é discricionário do prefeito, que pode nomear qualquer pessoa que entenda ser o ideal para exercer a atividade pública, haja vista a natureza política inerente aos próprios cargos de Secretário(a) e Chefia de Gabinete, razão pela qual são afastadas as normas que regulamentam e vedam o Nepotismo”.

<http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-contr-prefeito-joel-de-lima-398098.html>



Mais um alvo? - 17/07/2016 às 14h02

Técnicos do TCE estiveram em Uruçuí na semana da Operação Déspota

O **Blog Bastidores** recebeu a informação que técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) estavam em Uruçuí na semana em que foi desencadeada a Operação Déspota, que culminou com a prisão do prefeito de Redenção do Gurgueia, Delano Parente. A operação é comandada pelo Grupo de Ação Especial contra o Crime Organizado, o GAECO, pertencente ao Ministério Público Estadual do Piauí.

O blog vem fazendo uma série de denúncias contra gestores do município e espera que as autoridades consigam dar resposta à sociedade no tocante aos desmandos que ocorrem naquela cidade e envolve todo um grupo político.

O esquema investigado pela Operação Déspota seria praticado em várias prefeituras no estado.

Blogueiro: Rômulo Rocha

<http://180graus.com/bastidores/tecnicos-do-tce-estiveram-em-urucui-na-semana-da-operacao-despota>

Sábado

Teresina, 16 de julho de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



(86) 98889-9588

• ANO XXIX Número 10.822

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

■ OPERAÇÃO DÉSPOTA

TCE-PI e órgãos apoiam combate à corrupção

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) participou ontem de entrevista coletiva à imprensa, na Procuradoria Geral de Justiça do Estado, sobre a Operação Déspota, que resultou na prisão do prefeito de Redenção de Gurgueia, Delano Parente, e de outros 15 gestores e servidores públicos, advogados e um vereador. Na coletiva, os órgãos de controle e fiscalização reafirmaram o compromisso de combate à corrupção na gestão pública.

A Operação Déspota foi deflagrada na última quinta-feira pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual, com apoio do TCE-PI, da Polícia Rodoviária Federal, Controladoria Geral da União, Polícia Civil e Polícia Militar do Piauí. O prefeito e os outros presos são acusados de



DIRETOR da Dfam do TCE-PI, Vilmar Barros falou da atuação do Tribunal

montar um esquema de desvio de recursos públicos na Prefeitura de Redenção de Gurgueia por meio de licitações fraudulentas e outros crimes contra a administração Pública.

A coletiva explicou os procedimentos de investigação que leva-

ram às prisões.

O diretor da Dfam (Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal) do TCE-PI, Vilmar Barros, explicou como foi feita a fiscalização e o levantamento de dados pelos auditores de controle externo

do Tribunal, que levaram ao aprofundamento das investigações para deflagração da operação.

O promotor Rômulo Cordão, coordenador do Gaeco, detalhou para os jornalistas os procedimentos da investigação e a participação de cada um dos investigados por envolvimento no esquema, que teria desviado aproximadamente R\$ 17 milhões em recursos públicos da Prefeitura de Redenção de Gurgueia. O procurador-geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, destacou a parceria entre os órgãos de controle e fiscalização e agradeceu pelo empenho de cada um para o sucesso da operação. Ele adiantou que as investigações prosseguem. Participaram ainda da coletiva Edilson Lima, da Controladoria-Geral da União (CGU), e Fabricio Lioiola, da Polícia Rodoviária Federal no Piauí.

EXCERTE DO ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

ODIA



Teresina, Piauí, Domingo, 17 de Julho de 2016

R\$ 2,50 | NACIONAL R\$ 5,00 | ANO 55 - Nº 18.478

Fechamento 13h | 54 páginas

Política

Roda Viva

Da equipe » jornal@portalodia.com.br

Pedaladas

O procurador de Contas Leandro Maciel emitiu parecer considerando procedente a denúncia contra o prefeito de Cabeceiras do Piauí, José Joaquim de Sousa Carvalho, pelo uso de créditos adicionais suplementares no ano de 2013 acima do limite estabelecido pela Lei Orçamentária Anual - LOA.